

## FORTALECIMENTO DA IDENTIDADE

### AFROBRASILSIERA:

#### as ações de um projeto de extensão em tempos de pandemia

Laila dos Santos Pereira<sup>1</sup>

Rosivaldo Gomes de Sá Sobrinho<sup>2</sup>

Ana Cristina Silva Daxenberger<sup>3</sup>

#### RESUMO

O presente trabalho apresenta as ações de um projeto de extensão universitária desenvolvido em tempos de pandemia, com a temática o fortalecimento da identidade afro-brasileira. Em meios a tantas situações e racismo na sociedade brasileira, legado do modelo escravocrata utilizado para consolidação da sociedade e da economia brasileira, se faz necessária a discussão urgente sobre a identidade brasileira, a diversidade e a construção de práticas antirracista. Não basta discutirmos sobre racismos, ações devem ser criadas em meio a sociedade para que todos se sintam pertencido, reconhecidos e representados em diferentes segmentos sociais. Para isso, o presente projeto de extensão se desenvolveu meio às plataformas digitais como *Goofle meet*, *Instagran*, *Youtube*, com postagem sobre diferentes temáticas correlacionadas às práticas antirracista e o fortalecimento da identidade, considerando 3 eixos: a educação, a cultura, e o emponderamento da população negra brasileira. Os resultados do projeto, por meio das interações virtuais, nos permitem afirmar a necessidade de as universidades públicas continuarem assumindo o papel social sobre o desvelamento da história e o favorecimento do pensamento crítico.

**Palavras-chave:** Etnicidade, Práticas antirracistas, Extensão universitária.

#### INTRODUÇÃO

São inegáveis as conquistas históricas, os avanços científicos e tecnológicos ao longo da história da humanidade. Porém, apesar do reconhecimento de todos os avanços, a igualdade entre as pessoas continua como uma luta infindável, que coloca grupos sociais em vantagem ou desvantagem de acordo com raça, gênero, classe, religião e outros aspectos constituintes da identidade de um indivíduo. Neste contexto, as populações afrodescendentes somam aspectos que mais dificultam a ascensão social devido ao

---

<sup>1</sup> Graduanda em Química pela UFPB. Email [laila.szpereira@gmail.com](mailto:laila.szpereira@gmail.com)

<sup>2</sup> Professor Doutor do DCFS/UFPB. Email. [rosivaldo.sa@academico.ufpb.br](mailto:rosivaldo.sa@academico.ufpb.br)

<sup>3</sup> Professora Doutora do DCFS/UFPB. Email. [Ana.daxenberger@academico.ufpb.br](mailto:Ana.daxenberger@academico.ufpb.br)

racismo, uma dívida histórica que tem como uma de suas piores marcas a escravização de povos africanos. As marcas e efeitos deletérios dessa forma de opressão estão ainda hoje, mesmo após 133 anos da abolição, presentes em nossa sociedade, sendo elas visíveis, como a segregação social e econômica do povo negro.

É notável essa herança malévola nas condições de vida de um povo remanescente da população escravizada até hoje vivendo às margens da sociedade. Essa situação, refletida ao longo das gerações na sociedade brasileira, coloca o Brasil entre os países mais desiguais do mundo; onde pretos e pardos são 75% entre os mais pobres (SANTOS, et al 2021). Esses dados expressam o caráter racista e segregador constituintes da nossa sociedade brasileira e que evidenciam a necessidade de políticas públicas reparação.

A educação, reconhecida pela ONU como um dos direitos fundamentais, pode ser o melhor meio para combater o racismo uma vez que deve ser garantida para cada cidadão. Assim sendo, a Educação das relações étnico raciais torna-se imprescindível no currículo escolar como determinam as leis 10.639 (BRASIL, 2003) e 11.645 (BRASIL, 2008) que alteraram a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e estabeleceram a obrigatoriedade do ensino sobre “História e cultura Africana e Afro-brasileira e indígenas” na educação básica de todas as escolas públicas e privadas do país (OLIVEIRA, et al 2021). Esta perspectiva fundamenta as ações do projeto de extensão Identidade Afro-brasileira e Enfrentamento do Racismo: Construindo Novas Relações Sociais do Departamento de Ciências Fundamentais e Sociais da UFPB no Campus II, localizado no município de Areia, no estado da Paraíba. O projeto tem como objetivo contribuir com o educando para o reconhecimento da própria identidade e desenvolver a consciência de classe, princípios da valorização da história e cultura bem como empoderamento para o enfrentamento do racismo.

Nesse sentido, o presente artigo tem por objetivo apresenta as ações e os resultados desenvolvidos no Projeto de Extensão Universitária supra citado, vinculada à Pró-reitoria de Assuntos Comunitários (PRAC) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

## METODOLOGIA

Esse projeto de extensão já vem sendo desenvolvido desde 2014 com ações extensionista em comunidades quilombolas da região e escolas municipais. Sendo as ações até então presenciais. As ações nos âmbitos do incluíam metodologias expositivas e dialogadas como: palestras, oficinas, rodas de conversa, leituras, documentários, danças, teatro, capoeira e afins. Essas produções envolvem as escolas, a comunidade e universidade conforme o calendário letivo de atividades em sala de aula ou abertas ao público geral, e são desenvolvidas em parceria com a Secretaria da Educação e Secretaria de Cultura de Areia com Instituto Federal da Paraíba, com a Associação de Mulheres Negras de Areia e grupo de capoeira Semente Crioula.

Em março de 2020 a Organização Mundial da Saúde (OMS) decretou a pandemia do *SARS-Covid 19* e o Estado brasileiro estabeleceu medidas de isolamento para a população, e outras medidas de segurança à saúde. Entre essas atividades houve a paralisação das aulas em todos os níveis de ensino em todos os estados federativos brasileiros, por determinado tempo. Após algumas semanas, as Secretarias Municipais e Estaduais de Ensino adotaram a modalidade do ensino remoto.

Dada à circunstância, a continuidade do projeto partiu da adaptação da metodologia anteriormente presencial para o modelo de ensino remoto através de redes sociais. Nesse sentido, buscamos ressignificar as práticas extensionista para o modelo remoto considerando a possibilidade de interação social virtual. Para isso apoiamos-nos das ideias de que o ato de ensino ocorrer em meio a interação social.

O processo ensino aprendizagem que ocorre neste ambiente pode ter como respaldo a teoria socioconstrutivista de Vygotsky, que tem como ideia central a de que todos os processos psicológicos superiores ocorrem primeiro nas relações sociais, processos intermentais ou processos interpsicológicos, sendo regulados e controlados pela interação, que no caso das redes sociais digitais são as interações entre os alunos, professores e os recursos tecnológicos (SILVA, 2010, p.12).

Como meio virtual, o *Instagram* foi escolhido devido à facilidade de se trabalhar com conteúdos de imagem e vídeo, e pela viabilidade de *feedback* tanto pelas curtidas que denotam aprovação do público, quanto por comentários e caixa de mensagens privadas. No entanto, o projeto se deparou com um desafio enorme, pois teria que alterar

o público que havia sido definido: estudantes da rede pública municipal do município de Areia para um público aberto que buscavam conteúdo sobre a área de estudos e atuação do projeto.

Tal necessidade demonstrou a condição de vulnerabilidade social que caracteriza o público originário em relação à exclusão digital. A exclusão sofrida por essas pessoas, os estudantes da rede municipal, tornou-se ainda mais grave no período de pandemia, dificultando ou, em muitas situações, inviabilizando o acesso ao conteúdo desse projeto e mesmo ao conteúdo escolar. Costa e Martins, (2020) discutiram os impactos da falta de aparelhos tecnológicos ou internet domiciliar por razões financeiras e geográficas e o comprometimento à continuação do período letivo e, alguns casos, evasão escolar, principalmente quando questões psicossociais e socioeconômicas se sobressaem. Frente à necessidade de contribuir com o sustento familiar, muitos jovens não escolarizados optam por empregos subalternos e adentram as estatísticas dos que não concluíram os estudos, além de estarem na mira da violência e/ou encarceramento em massa.

O público originário do projeto são estudantes que somam um total de 410 crianças e adolescentes, sendo 79% estudantes negros e 21% não negros, do 6º ao 9º ano do ensino fundamental II da rede municipal de ensino da cidade de Areia, pertencentes a famílias que possuem de renda média até 2 salários mínimos, cujo a maioria é beneficiada pelo programa Bolsa Família, recebendo entre R\$100 a R\$998 reais, com núcleo familiar composto de 2 a mais de 5 membros, residentes principalmente da zona rural, assentamentos e comunidades quilombolas. Com relação ao acesso digital, 33% dos estudantes tem acesso à internet, o local de acesso é 46% das vezes fora de casa, em vizinhos, parentes ou *lan house*, por meio de celulares em 78% dos casos. Dados que corroboram com a descrição das populações excluídas.

Sem termos como contornar a situação descrita, as estratégias tomadas visaram ampliar o alcance para nível nacional tendo como exemplo grandes *sites e blogs* do movimento negro que cumprem um papel importante na inserção das temáticas afro-brasileiras e luta antirracista em espaços virtuais para o público geral. Esse espaço, conceituado como ciberativismo, é descrito como o conjunto de táticas pensadas com a finalidade de buscar transformações sociais a partir de ações coletivas no meio digital interligando mestres e aprendizes aos problemas sociais originando debates de forma educativa na busca por soluções (ZAGO, 2011; SILVEIRA, 2010). Dito isto, a página do

projeto apresentada na plataforma *Instagram* por @id.afrobraprojeto foi construída sobre três pilares: educação, cultura e empoderamento, reunindo conteúdos de diversas áreas do conhecimento que abrangem direitos humanos; literatura e apresentação de pesquisadores ou personalidades negras; e estética afro como tranças e turbantes; feminismo negro; religiões de matriz africana, entre outros temas.

Com a colaboração de *influencers* digitais e referências que têm seu lugar de fala na *web*, este elenco de postagens originou um acervo público disponível para suporte pedagógico no ensino sobre africanidades, seja em espaço virtual ou presencial. O êxito obtido no primeiro ano de trabalhos *online* permitiu a criação de novas metas. No ano corrente a proposta foi ampliada e além do trabalho com os estudantes está sendo realizada a formação continuada para professores de maneira remota, síncrona e assíncrona, com uso de novas plataformas de comunicação.

A dinâmica para criação de conteúdo seguiu um planejamento que demonstra as duas faces da história e cultura negra: o lado que apresenta riquezas e belezas que enaltecem o povo negro, mas também o lado que é alvo de racismo e preconceito perante a sociedade. Os critérios para seleção de conteúdos foram qualidade e referência considerando os algoritmos de pesquisas para questões raciais, sociais, políticas e acontecimentos que levantam debates nas redes sociais e movimentam as *hashtags*. Portanto, as postagens foram tanto originais quanto de outras fontes com os devidos créditos e/ou autorização do uso de imagem, quando não se tratava de conteúdo de domínio público.

## REFERENCIAL TEÓRICO

As produções literárias sobre educação das relações étnico raciais relacionadas ao ensino fundamental e médio aumentaram significativamente após a Lei 10.396/2002 que propiciou pesquisa nas escolas acerca da compreensão dos estudantes sobre sua identidade e sua autoestima com relação a sua própria identidade. Em outras esferas, estudiosos de ensino superior e intelectuais negros de organizações como Associação Brasileira de Pesquisadores(as) Negros(as) ABPN e os Núcleos de Estudos Afro-brasileiros (NEABS) somam publicações que agregam no fortalecimento da identidade afro-brasileira e lutas do movimento negro em ambientes acadêmicos e cibernéticos.

Análises de pesquisadores da educação identificam contribuições e impactos das redes sociais na educação contemporânea que ficaram evidentes durante a pandemia quando os sistemas educacionais adotaram métodos de ensino remoto, porém também escancarou a exclusão social e digital. Considerando a necessidade de fomentar e difundir a educação das relações étnico-raciais, na perspectiva de desvelar o embranquecimento que se buscou consolidar na sociedade brasileira durante o período escravocrata e no início da república, assim como o fortalecimento e valorização da cultura afro-brasileira, as ações do projeto de extensão se pautam na ideia de decolonização e reconhecimento da população negra conforme os pressupostos teóricos apresentados por diferentes autores (MUNAGA, 2005; CANDAU, 2007; DAXENBERGER E SÁ SOBRINHO, 2013).

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Estatísticas de alcance do *Instagram* permitiram mensurar dados quantitativos sobre acesso à página registrando interação de pelo menos 2.616 contas de usuários, milhares de curtidas distribuídas nas 143 publicações e 667 seguidores em 6 meses de trabalhos contabilizados a partir de 1 junho de 2020. A página cativou um público diverso em faixa etária, etnia e estados brasileiros com predomínio de universitários. Esses números foram incentivo para realização de uma *live* para experiência na plataforma *Google Meet*.



<b>143</b>	<b>667</b>	<b>542</b>
Publicaç...	Seguidor...	Seguindo

### Identidade Afro-brasileira

PROEX - CCA/UEPB

"Identidade afro-brasileira e enfrentamento do racismo: construindo novas relações sociais"

Cultura | Educação | Empoderamento

**Imagem 1:** Interface da página @id.afrobraprojeto ao encerrar as atividades em 2020

Considerando boas avaliações da página, alguns questionamentos foram feitos após cruzamento de dados. Os dados nos permitem afirmar que o público da rede de ensino municipal constituído por 410 alunos que estavam acompanhando o projeto presencialmente não migrou para o projeto virtual, tendo em vista a falta de acesso à internet bem como aparelhos tecnológicos que suportem as demandas de sala de aula. A problemática de acesso à internet se dá em função à moradia dos mesmos, em que 64% são oriundos de comunidades rurais, 16% assentamentos, 17% comunidade urbana e somente 3% são de comunidade quilombola. Mesmos os dados em pesquisa apontando que 67% dos estudantes tinham acesso a internet enquanto 33% não tinha, a participação desses estudantes no projeto, com ações virtuais não foram equivalentes aos dos anos anteriores quanto projeto era presencial.

Aos que participaram do projeto, 78% acessaram via celular, enquanto 22% acessaram o conteúdo via computador ou tablete; mostrando que a posse de equipamentos adequados para o acesso a internet nem sempre está presente em todas as casas.

Ao ampliar o público alvo com a adaptação à internet, o segundo questionamento indagava sobre o interesse nacional pela temática afro-brasileira, o que implica com a dificuldade no reconhecimento da própria identidade. Podemos constatar que independente do tempo de criação, a página teve um bom alcance, mas em contrapartida menos da metade dos estudantes da rede municipal se tornaram seguidores da página. Muitos podem ser os motivos que os participantes iniciais não aderiram, mas não temos esses dados.

Na pesquisa de Maia et al (2016), esses pesquisadores explicam por que é tão difícil a autodeclaração étnico/racial levando em conta a história do processo de mestiçagem no Brasil: a história do negro no país e o racismo estrutural que se consolidou, rotularam a cor preta, e logo pessoas negras como pobres e inferiores. Portanto, para muitos assumir-se como afrodescendente é sinônimo de afirmar-se pobre e inferior, pois remete à lembrança de sofrimento, opressão, e condições miseráveis ao qual o povo negro um dia foi sujeitado. Um exemplo desta negação pode ser visto durante o projeto enquanto era presencial, no qual pudemos constatar que 33% dos estudantes do projeto se autodeclararam “morenos” numa tentativa de embranquecer sua identidade; 39% se autodeclararam pardos; 16% brancos; 1% pretos; 1% indígena; 5% negro e 5% amarelo. Podemos hipotetizar que possivelmente no círculo familiar as pessoas também não se

declaram como realmente são e perpetuam esse ideal de branquitude, pois não se reconhecem como negros (pretos e pardos) até mesmo por desconhecimento sobre a história da própria origem família.

O terceiro questionamento trouxe uma reflexão sobre a percepção da cultura negra e também da luta antirracista. Apesar das milhares de curtidas em publicações específicas, outras não tiveram tanta receptividade do público e adquiriram apenas dezenas de curtidas, sempre em publicações muito específicas. Comparações apontaram uma possível justificativa para essa discrepância: aceitabilidade ou rejeição à determinadas pautas provêm da seletividade do que acompanhar e aprovar no mundo virtual são reflexos de discriminações do mundo real, pois sabemos que a cultura negra por mais linda e rica que seja é ofuscada pelo racismo.

Outro ponto que diz respeito à luta antirracista, a aprovação da população sobre as pautas que debatem sobre o racismo, está relacionada ao quanto favorece ou desfavorece os privilégios de determinados grupos étnico-raciais. Os temas com maior preferência e aceitação envolviam arte, literatura e estética. Enquanto os temas mais polêmicos como apropriação cultural, cotas raciais, colorismo, racismo estrutural, racismo ambiental e necropolítica não foram impulsionados da mesma forma. O que demonstra a dificuldade na luta para desconstruir a ideia errônea de democracia racial e meritocracia imposta na sociedade, mas, por outro ângulo, destaca-se onde devemos aplicar mais esforços para o enfrentamento do racismo, enquanto universitários e cidadãos formadores de opinião.

Abaixo estão os títulos abordados nas publicações: Abayomi- bonecas africanas artesanais; Afro futurismo; Afro-afeto; Apagamento Histórico; apropriação cultural; artistas negros- consumos de suas obras; Ballet e dança – o protagonismo negro; cinema com protagonismo negro; colorismo; cotas raciais; descendência africana – as origens apagadas pela escravidão; desigualdade racial na TV brasileira; Dia da Consciência Negra; Dia internacional da mulher negra latino-americana e caribenha; Dia Nacional de Tereza Benguela; Dororidade; Educação sobre a cultura indígena para crianças; Égito; emponderamento da mulher negra; Estátuas de Escravocratas no Brasil; Feminismo Negro; Heroínas brasileiras, indígenas na pauta antirracista; livros e resenhas de filósofos e pensadores; Matemática – militância materna de mães negras; Monumentos e esculturas – homenagens; Movimento Black Money; Mulherismo africana – Filosofia africana;



necropolítica; pente e garfo – simbolismos; Pretas de cabelo liso – poder de escolha; racismo ambiental; racismo e saúde mental de pessoas negras, racismo estrutural; racismo institucional; racismo religioso; relação da mulher negra e estética capilar; religiões de matriz africana; representatividade de artistas negros; ser negro no Brasil. Síndrome do Negro único; solidão da mulher negra; Tecidos africanos; tranças e turbantes africanos – simbolismo; Ubuntu – filosofia africana; Vidas negras importam.

A adaptação do projeto para uma versão online foi motivada pela vontade de dar continuidade às atividades educativas nas escolas, na universidade e junto às comunidades. Apesar do rompimento presencial temporário com as escolas, se manteve o compromisso com o público adulto de todas as instâncias sociais que tínhamos encontros pontuais e se tornaram foco das nossas ações via *web*. Inclusive pais, responsáveis e docentes que tem papel ímpar na educação do público infanto-juvenil também puderam acessar o conteúdo.

A rede social como ferramenta educativa reafirmou a importância da inclusão digital não só para estudantes, mas toda população que está constantemente em formação, principalmente, as menos favorecidas economicamente e que muitas vezes ficam sujeitas a receberem conteúdos reprodutores de uma sociedade que vela o racismo por meio de mídias abertas. Além disso, a iniciativa da página do projeto tal como outras fontes similares sobre negritude faz uso da representatividade para promover a autoestima de afrodescendentes que comumente constroem uma visão distorcida de si mesmo resultante do racismo cotidiano (KILOMBA, 2019) sofrido nas ruas, na comunidade, nas mídias e até no ambiente familiar quando as pessoas não se reconhecem como negras e buscam embranquecer suas raízes. Pensando nestas relações étnico-raciais, Munanga (2005) destaca a importância do envolvimento de indivíduos de ascendência branca no que diz respeito a diversidade racial:

[...] Interessa também aos alunos de outras ascendências étnicas, principalmente, a branca, pois ao receber uma educação envenenada pelos preconceitos, eles também tiveram suas estruturas psíquicas afetadas. Além disso, essa memória não pertence somente aos negros. Ela pertence a todos, tendo em vista que a cultura da qual nos alimentamos quotidianamente é fruto de todos os segmentos étnicos que, apesar das condições desiguais nas quais se desenvolvem, contribuíram cada um de seu modo na formação da riqueza econômica e social e da identidade nacional (MUNANGA, 2005, p.16)

Pensando na realidade daqueles que em suas limitações socioeconômicas não desfrutam dessa bagagem de conhecimento, a equipe do projeto avança para mais um ano em ações para garantir a execução da Lei 10.396 nas escolas e acrescenta em seu planejamento curso para capacitação docente que está em andamento objetivando disseminar os saberes de história e cultura afro-brasileira ao formar mediadores que atuarão na educação *online* e presencial pós-pandemia. Afinal a medida que o projeto caminha é preciso deixar um legado nas escolas que já foram participantes e continuarão recebendo gerações de educandos de diversas origens identitárias. Dessa forma, as secretarias de educação e corpo docente poderão ter acesso a materiais e formação para construir práticas educacionais antirracistas e valorização da diversidade racial e cultural (SANTOS, et al 2014) brasileira.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A consolidação da página @id.afrobraprojeto expõe o sucesso dos objetivos alcançados após a adaptação da metodologia ao contexto virtual para o prosseguimento do projeto durante a pandemia do SARS- Covid 19. Essa condição impôs à equipe o projeto a necessidade de se reinventar e desenvolver habilidades para atender as demandas do ensino remoto contribuindo para fomentar a educação das relações étnico raciais no mundo cibernético.

A flexibilidade das redes sociais aliada a capacidade de alcance certificou o potencial para elaboração de perfis didáticos para conscientização e educação sobre identidades afro-brasileiras, mostrando-se aplicável para salas de aula virtuais ou presenciais sem impedir que outros públicos também acessem e se beneficiem de conteúdos que contribuem para a formação cidadã.

Para estudantes e professores a tecnologia da informação foi um meio de contornar o isolamento social e amenizar os impactos do atraso de atividades escolares que fluem melhor no espaço físico e contato presencial. No entanto, essa conjuntura nos faz refletir sobre a gravidade da exclusão social e digital em tempos de crise. Mais uma vez na história a população negra minguou devido à desigualdade que impera na sociedade sendo maior parcela das vítimas da pandemia com famílias aniquiladas pelo vírus, saúde mental comprometida, interrupção da educação, perda de empregos e fome.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei 10.639**, de 9 de janeiro de 2003: altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 2003. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/2003/L10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.639.htm). Acesso em: 01 de julho de 2020.

BRASIL. **Lei 11.645**, de 10 de março de 2008: altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Brasília: Casa Civil 2008. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm). Acesso em: 01 de julho de 2020.

CANDAU, V. M. **Educação em direitos humanos**: desafios atuais. In. SILVEIRA, R. M. G. et al. Educação em direitos humanos: fundamentos teóricos-metodológicos. João Pessoa: Editora Universitária, 2007.

COSTA, F.C.S.; MARTINS, V. L. **Vidas negras importam?** A Urgência de Pensar a Educação Antirracista Frente aos Impactos da Pandemia de COVID-19. *Dialogia*, São Paulo, n. 36, set./dez. 2020.

DAXENBERGER, Ana Cristina Silva e SÁ SOBRINHO, Rosivaldo Gomes. **A diversidade com estudos dos princípios étnicos**. Editora UFPB: João Pessoa, 2013.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação**: Episódios de Racismo Cotidiano. Cobogó: Rio de Janeiro, 2019.

MAIA, M. E., & Mendes J. E., & Brito, L. H. **Discurso e Formação Identitária Negra na Escola**. in *Linguagem em Foco*. Revista do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da UECE, 8(2), ano 2016 - Volume Temático: Linguagem e Raça: diálogos possíveis.

MUNANGA, Kabengele. **Superando o Racismo na Escola**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), 2005.

OLIVEIRA, A. G. S.; HORA, C. L.; MARTINS, G. L. **Compartilhando sonhos**:

**Bem-Viver**, Pedagogia Freinet, Arte/Educação e Educação das Relações Étnico-Raciais. Universidade Federal de Sao Carlos. UFSCar. Sao Carlos -SP. Motricidades: Rev. SPQMH, v. 5, n. 1, p. 65-79, jan.-abr. 2021.

SANTOS, A. G; BORGES, L. M; SANTOS, M. F. **O Impacto das Redes Sociais Digitais na Formação da Identidade Étnico-Racial Brasileira**. Educon, Aracaju, Volume 08, n. 01, p.1-10, set/2014.

SANTOS, A. N. F.; MARQUES, A. S.; NASCIMENTO, T. L. S. **Práticas educativas e equidade étnico-racial no Ensino Superior: apoio pedagógico ao cotista em tempos pandêmicos**. Revista Profissão Docente, Uberaba-MG, v.21, n.46, p.01-21, 2021.

SILVA, Siony. **Redes Sociais Digitais e Educação**. Revista **Illuminart**. N 5. Agosto de 2010. IFSP.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu. **Ciberativismo, Cultura Hacker e o Individualismo Colaborativo**. p. 28-39. Revista USP, São Paulo, v. 1, n. 86, jun./ago. 2010.

ZAGO, Gabriela da Silva, BATISTA, Jandré Corrêa. r. **oAtivismo e Agendamento nos Trending topics do Twitte** Caso Wikileaks. p. 101-114. Contemporânea, Comunicação e Cultura, Salvador, v. 9, n. 2, ago. 2011.